



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE CIANORTE

Travessa Itororó, 188 - Centro - CEP 87200-153 – Cianorte-PR

Fone: (44) 3351-5570 e-mail: vdto1cne@trt9.jus.br

EDITAL DE LEILÃO Nº 003/2024

O DOUTOR EVERTON GONCALVES DUTRA, MM. JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE CIANORTE, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER que, para a realização do **1º leilão** designo o dia **06 de Novembro de 2024, encerrando a partir das 10h00**, por lance igual ou superior ao da avaliação, que será realizado na modalidade ONLINE; e o **2º leilão dia 06 de Novembro de 2024, encerrando a partir das 14h00**, pelo maior lance, não sendo aceito lance vil, que será realizado na modalidade ONLINE junto ao site [www.jeileiloes.com.br](http://www.jeileiloes.com.br), mediante cadastro prévio e envio de documentação em até 24 horas antes do Leilão no site [www.jeileiloes.com.br](http://www.jeileiloes.com.br), não sendo aceito lances por e-mail. Havendo lance nos três minutos antecedentes ao fechamento do pregão, este será prorrogado em mais três minutos para oportunizar aos interessados a oferta de novos lances, pelo Leiloeiro Oficial Sr. **JORGE VITORIO ESPOLADOR**, será realizado o LEILÃO dos bens penhorados nos processos que se relacionam abaixo:

**05 – Autos sob nº 0000748-36.2024.5.09.0092 – Carta Precatória, oriunda da 2ª Vara do Trabalho de Criciúma, extraída dos autos nº 0000621-28.2018.5.12.0027.**

**EXEQUENTE: SAMUEL RABELLO DE SOUZA CATELES**

Adv. do exequente: LUIZ CARLOS FREDERICO DE SOUZA (OAB/SC 28.185)

**EXECUTADO(01): SERGIO MICHELS – (CNPJ/MF SOB Nº 380.950.179-49)**

**QUALIFICAÇÃO DO(S) BEM(S):** “Loja nº 211-B (duzentos e onze-B), situada no 3º pavimento denominado Pavimento Superior do Shopping Nabhan Cia Fashion, na Avenida Paraíba, nº 1571, Nesta Cidade e comarca de Cianorte, com área total construída de 92,662m², a) sendo de área útil de 50,000m², b) área comum de 42,662m², c) área ideal de 83,584m², e d) fração ideal de 0,9480% com as divisas e confrontações constantes na matrícula **nº 14.579**, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Cianorte, avaliado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Observação: o Shopping se encontra fechado ao público, com lojas desocupadas, encerradas em 2018, há pendências de taxas condominiais.”

**DATA DA PENHORA:** 19 de junho de 2024.

**ÔNUS:** AV07/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000786-66.2014.5.12.0043 junto a Vara do Trabalho de Imbituba; R08/14.579 – Penhora, referente aos autos nº 0013541-42.2018.8.16.0069 junto a 1ª Vara Cível de Cianorte; R09/14.579 – Penhora, referente aos autos nº 0000786-66.2014.5.12.0043 junto a Vara do Trabalho de Imbituba; R10/14.579 – Penhora, referente aos autos nº 0001375-11.2022.5.09.0092, credor Helio Cesar Moraes, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; AV11/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000258-51.2020.5.12.0001 junto a 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis; AV12/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00148238-81.2019.8.16.0069 junto a 1ª Vara Cível de Cianorte; AV13/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000632-38.2019.5.12.0022 junto a 2ª Vara do Trabalho de Itajaí; R14/14.579 – Penhora, referente aos autos nº 0000404-12.2018.5.12.0018, credor Egon Rubens Baron, junto a 2ª Vara do Trabalho de Blumenau; AV15/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000621-28.2018.5.12.0027 junto a 2ª Vara do Trabalho de Criciúma; R16/14.579 – Penhora, referente aos autos nº 0003294-75.2013.8.16.0069, credor Associação, junto a 1ª Vara Cível de Cianorte; AV17/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000195-07.2019.5.12.0051 junto a 4ª Vara do Trabalho de Blumenau; R18/14.579 – Penhora, referente aos

autos nº 0000748-36.2024.5.09.0092, credor Samuel Rabello de Souza, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; AV19/14.579 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 5000356-39.2018.8.24.0064 junto a 2ª Vara Cível de São José, conforme matrícula. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária, após a expedição do respectivo Edital de Leilão.

**VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme auto de penhora e avaliação do ID 5a88033, realizada em data de 19 de junho de 2024.

**OBSERVAÇÃO:** Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor (50%), pois o coproprietário ou cônjuge alheio, tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

**CONDIÇÕES e REGRAS GERAIS DO LEILÃO,** deste Edital: Quem pretender arrematar os bens acima descritos deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: [www.jeileiloes.com.br](http://www.jeileiloes.com.br), com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento.

Ficam cientes os interessados de que deverão verificar por conta própria a existência de todos os eventuais ônus reais existentes sobre os bens praceados e leiloados, recebendo tais bens no estado em que se encontram.

Em arrematação, poderá ser observada a forma parcelada (conforme autoriza o Provimento Geral Consolidado - artigos 281 a 283 e na forma do artigo 895 do CPC), sendo que, neste caso, o interessado deverá DEPOSITAR 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado, em até 30 (trinta) meses se bem imóvel, com atualização pelo índice IPCA, garantido pelo próprio bem (mediante anotação de hipoteca judiciária na matrícula), quando se tratar de imóveis e, quando se tratar de móveis, garantido por caução idônea (art. 895, § 1º, do CPC).

Para os bens móveis, por medida de eficiência e razoabilidade, o parcelamento fica limitado a 12 (doze) meses, com parcelas no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Conforme parágrafos 4º e 5º do artigo 895 do CPC, “no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas”, restando certo ainda que o “inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação”.

Em caso de resolução da arrematação por inadimplemento, o arrematante perderá, em favor da execução, o sinal/entrada de 25%, voltando a leilão o bem executado (CLT, art. 888, § 4º).

Em vista do que dispõe a Recomendação 2/2008 da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho e a decisão do Conselho Nacional de Justiça no Procedimento de Controle Administrativo 200710000014050, independentemente do tipo de bem a ser levado à hasta pública (móvel ou imóvel), a comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, de responsabilidade do arrematante, e de 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, de responsabilidade do credor-adjudicatário.

Havendo pagamento da execução ou formalização de acordo, a(o) executada(o) arcará com as despesas do Leiloeiro.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de todas as despesas processuais e recolhimento das contribuições previdenciárias, se houver.

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhora junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou DETRAN, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante. Os débitos condominiais cujo montante devido seguirá o imóvel e será de total responsabilidade do arrematante (ou do adjudicatário), não se admitindo sub-rogações ou deduções dessas dívidas no preço da arrematação ou da adjudicação;

Por ocasião de eventual arrematação/adjudicação, deverá o leiloeiro coletar a assinatura física ou eletrônica do arrematante para oportuna juntada nos autos, na forma do art. 903 do CPC, submetendo o documento à deliberação e assinatura do Juiz no prazo de 48 horas após o leilão, sendo que a partir da assinatura do respectivo auto pelo Juiz será a arrematação/adjudicação considerada perfeita, acabada e irretroatável (CPC, artigo 903), fluindo, a partir de 05 dias após o leilão, o prazo legal de que trata o artigo 903, § 2º do CPC, independentemente de nova intimação.

Negativo o leilão, ficam desde já autorizados o(s) leiloeiro(s) nomeado(s) a proceder(em) diretamente a alienação dos bens, conforme autoriza o art. 888, § 3º, da CLT pelo **prazo de 90 (noventa) dias** corridos, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a assinatura do adquirente, a ser encaminhado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

Intimem-se as partes, inclusive de que será adotado diretamente o procedimento que faculta o § 3º do art. 888 da CLT. A parte que não tiver procurador deverá ser intimada pelos Correios. O edital de leilão valerá como intimação do ato, se frustrada a tentativa de intimação das partes pelos Correios (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região – Seção IV).

Caso os exequentes, executados, cônjuges, coproprietários, credores hipotecários ou qualquer outro interessado, não sejam cientificados, por qualquer razão, valerá o presente edital como intimação. (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região - Seção IV).

Por ordem do Doutor EVERTON GONCALVES DUTRA, Juiz do Trabalho desta Vara do Trabalho de Cianorte/PR, eu, Edmilson Silva Leão, conferi e subscrevi o presente edital.

Cianorte, 01 de outubro de 2024.

**EDMILSON SILVA LEÃO**

**Diretor da VT de Cianorte**